



## BOLETIM INFORMATIVO – SETEMBRO 2014

**Edição nº. 11 - Ano 20 - CRC/RS 3.112**

### **ITR/2014**

Está obrigado a apresentar a DITR referente ao exercício de 2014, aquele que seja, em relação ao imóvel rural a ser declarado, exceto o imune ou isento:

- a PF ou PJ proprietária, titular do domínio útil ou possuidora a qualquer título, inclusive a usufrutuária;
- um dos condôminos, quando o imóvel rural pertencer simultaneamente a mais de um contribuinte, em decorrência de contrato ou decisão judicial ou em função de doação recebida em comum;

A pessoa física ou jurídica que, entre 1º de janeiro de 2014 e a data da efetiva apresentação da declaração, perdeu:

- a posse do imóvel rural, pela imissão prévia do expropriante, em processo de desapropriação por necessidade ou utilidade pública, ou por interesse social, inclusive para fins de reforma agrária;
- o direito de propriedade pela transferência ou incorporação do imóvel rural ao patrimônio do expropriante, em decorrência de desapropriação por necessidade ou utilidade pública, ou por interesse social, inclusive para fins de reforma agrária;
- a posse ou a propriedade do imóvel rural, em função de alienação ao Poder Público, inclusive às suas autarquias e fundações, ou às instituições de educação e de assistência social imunes do imposto;
- a pessoa jurídica que recebeu o imóvel rural nas hipóteses previstas no segundo item, desde que essas hipóteses tenham ocorrido entre 1º de janeiro e 30 de setembro de 2014; e
- nos casos em que o imóvel rural pertencer a espólio, o inventariante enquanto não ultimada a partilha, ou, se esse não tiver sido nomeado, o cônjuge meeiro, o companheiro ou o sucessor a qualquer título.

Para fins de exclusão das áreas não tributáveis da área total do imóvel rural, o contribuinte deve apresentar ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) o Ato Declaratório Ambiental (ADA) a que se refere o art. 17-O da Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981.

### **A DITR DEVE SER APRESENTADA NO PERÍODO DE 18 DE AGOSTO A 30 DE SETEMBRO DE 2014, PELA INTERNET.**

#### **Multa Por Atraso Na Entrega**

- 1% (um por cento) ao mês-calendário ou fração de atraso, calculada sobre o total do imposto devido, não podendo seu valor ser inferior a R\$ 50,00 (cinquenta reais), no caso de imóvel rural sujeito à apuração do imposto.
- R\$ 50,00 (cinquenta reais), no caso de imóvel rural imune ou isento do ITR.

#### **Pagamento do Imposto**

O valor do imposto pode ser pago em até 4 (quatro) quotas iguais, mensais e consecutivas, observado o seguinte:

- nenhuma quota deve ser inferior a R\$ 50,00 (cinquenta reais);
- o imposto de valor inferior a R\$ 100,00 (cem reais) deve ser pago em quota única;
- a 1ª (primeira) quota ou quota única deve ser paga até 30/09/2014.
- as demais quotas devem ser pagas até o último dia útil de cada mês, acrescidas de juros equivalentes à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (Selic).
- Em nenhuma hipótese o valor do imposto devido será inferior a R\$ 10,00 (dez reais).

## SUPER SIMPLES - LEI COMPLEMENTAR 147/2014

A Lei Complementar nº 147, de 7 de agosto de 2014, alterou a Lei Complementar nº 123, de 2006, que institui o Estatuto da Micro e Pequena Empresa e dispõe sobre o Simples Nacional. As alterações serão objeto de regulamentação pelo Comitê Gestor do Simples Nacional (CGSN). **Principais mudanças:**

### SIMPLES NACIONAL

#### 1) NOVAS ATIVIDADES

A partir de 01/01/2015 a ME ou EPP que exerça as seguintes atividades poderão optar pelo Simples Nacional:

##### **a) Tributadas com base nos Anexos I ou II da LC 123/2006:**

- Produção e comércio atacadista de refrigerantes (\*)

##### **b) Tributadas com base no Anexo III da LC 123/2006:**

- Fisioterapia (\*).
- Corretagem de seguros (\*).
- Serviço de transporte intermunicipal e interestadual de passageiros, na modalidade fluvial, ou quando possuir características de transporte urbano ou metropolitano ou realizar-se sob fretamento contínuo em área metropolitana para o transporte de estudantes e trabalhadores (retirando-se o ISS e acrescentando-se o ICMS).

##### **c) Tributada com base no Anexo IV da LC 123/2006:**

- Serviços Advocatícios (\*).

##### **d) Tributadas com base no (novo) Anexo VI da LC 123/2006:**

- Medicina, inclusive laboratorial e enfermagem.
- Medicina veterinária.
- Odontologia.
- Psicologia, psicanálise, terapia ocupacional, acupuntura, podologia, fonoaudiologia e de clínicas de nutrição, de vacinação e bancos de leite.
- Serviços de comissária, de despachantes, de tradução e de interpretação.
- Arquitetura, engenharia, medição, cartografia, topografia, geologia, geodésia, testes, suporte e análises técnicas e tecnológicas, pesquisa, design, desenho e agronomia.
- Representação comercial e demais atividades de intermediação de negócios e serviços de terceiros
- Perícia, leilão e avaliação.
- Auditoria, economia, consultoria, gestão, organização, controle e administração.
- Jornalismo e publicidade.
- Agenciamento, exceto de mão-de-obra.
- Outras atividades do setor de serviços que tenham por finalidade a prestação de serviços decorrentes do exercício de atividade intelectual, de natureza técnica, científica, desportiva, artística ou cultural, que constitua profissão regulamentada ou não, desde que não sujeitas à tributação na forma dos Anexos III, IV ou V da LC 123/2006.

(\*) As empresas que exerçam as atividades de produção e comércio atacadista de refrigerantes, fisioterapia, corretagem de seguros e serviços advocatícios, constituídas depois da regulamentação da LC 147/2014 por parte do CGSN, poderão optar pelo Simples Nacional ainda em 2014.

As empresas já existentes desses setores e aquelas que exerçam as demais atividades acima citadas poderão optar pelo Simples Nacional a partir de 2015.

## **2) ANEXO VI DA LC 123/2006 – VIGENTE A PARTIR DE 01/01/2015**

Este novo anexo, vigente a partir de 01/01/2015, prevê alíquotas entre 16,93% e 22,45%.

## **3) LIMITE EXTRA PARA EXPORTAÇÃO DE SERVIÇOS**

A partir de 2015, o limite extra para que a EPP tenha incentivos para exportar passará a abranger mercadorias e serviços.

Dessa forma, a empresa poderá auferir receita bruta anual de até R\$ 7,2 milhões, sendo R\$ 3,6 milhões no mercado interno e R\$ 3,6 milhões em exportação de mercadorias e serviços.

## **BAIXA DE EMPRESAS**

Poderá haver a baixa de empresas mesmo com pendências ou débitos tributários, a qualquer tempo. O pedido de baixa importa responsabilidade solidária dos empresários, dos titulares, dos sócios e dos administradores no período da ocorrência dos respectivos fatos geradores.

## **MEI – CONTRATAÇÃO POR EMPRESAS**

Para a empresa que contrata MEI para prestar serviços diferentes de hidráulica, eletricidade, pintura, alvenaria, carpintaria e de manutenção ou reparo de veículos, extinguiu-se a obrigação de registro na GFIP e recolhimento da cota patronal de 20% (o art. 12 da LC 147/2014 revogou retroativamente essa obrigatoriedade).

Todavia, quando houver os elementos da relação de emprego, o MEI deverá ser considerado empregado para todos os efeitos.

## **EMPRESAS USAM MENOS CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS**

A fraca atividade econômica frustrou a arrecadação federal, que cresceu apenas 0,28% real no primeiro semestre, em comparação com igual período de 2013, mas a menor utilização de créditos tributários pelas empresas teve um efeito contrário e favorável à Receita. Os créditos tributários de IR e CSLL ascendem a R\$ 66 bilhões, relativos a prejuízos acumulados pelas empresas ao longo dos anos, e podem ser abatidos de pagamentos futuros de tributos.

A Receita limita a 30% do imposto devido a cada exercício o uso dos créditos tributários na compensação do pagamento de impostos. Se o ritmo de atividade fosse maior e as empresas lucrassem mais, elas poderiam abater mais em valores correntes com os créditos acumulados em razão de perdas no passado.

Mas, com a lucratividade mais baixa, a expectativa da Receita é de que apenas R\$ 7 bilhões em créditos tributários sejam de fato usados, o que acaba por favorecer a arrecadação.

A Receita tenta ajudar o governo a elevar o superávit. Para isso, segundo tributaristas, dava sinais de que iria reduzir os valores de entrada no Refis. Isso foi feito.

A Medida Provisória (MP) 651, anunciada como parte de um conjunto de medidas para beneficiar o setor privado, teve clara motivação tributária. Por ela o governo permitirá às empresas que aderiram ao Refis o uso de créditos tributários para antecipar a quitação de débitos parcelados com vencimento até dezembro de 2013.

A Receita decidiu ainda que as empresas em processo de liquidação ou de falência, bem como as que venderem ativos para pagar dívidas à União possam usar integralmente os créditos tributários para quitar o imposto sobre ganhos de capital.

O governo esperava arrecadar R\$ 12,5 bilhões com o Refis e elevou a projeção para R\$ 15 bilhões neste ano.



## Agenda das Principais Obrigações Setembro/2014



DIAS	COMPROMISSOS
01/09	<b>Envio das notas fiscais, documentos de caixa e recibos de autônomos, impostos e contribuições pagos pela sua empresa para encerramento do mês de agosto 2014</b>
05/09	SALÁRIOS - AGOSTO GFIP - AGOSTO
07/09	FERIADO - INDEPENDÊNCIA DA REPUBLICA 
09/09	ICMS - SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA (Demais produtos) - AGOSTO
11/09	<b>Envio das notas fiscais, dos documentos de caixa, de bancos, impostos e contribuições pagos pela sua empresa referente o período de 01 a 10/09/2014</b>
12/09	ICMS - COMÉRCIO - AGOSTO
15/09	GPS - CONTRIBUINTE INDIVIDUAL ISSQN - AGOSTO
19/09	GPS - AGOSTO
20/09	FERIADO - REVOLUÇÃO FARROUPILHA 
22/09	IMPOSTO SIMPLES NACIONAL - AGOSTO ICMS - DIFERENCIAL DE ALÍQUOTA - SIMPLES NACIONAL - JULHO ICMS - PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTES - AGOSTO ICMS - INDÚSTRIA - AGOSTO
22/09	<b>Envio das notas fiscais, dos documentos de caixa, de bancos, impostos e contribuições pagos pela sua empresa referente o período de 11 a 20/09/2014</b>
23/09	<b>Envio dos dados para encerramento da folha de pagamento: registro de empregados, alterações de salário, faltas e descontos, recibos de autônomos e notas fiscais cooperativas, referente setembro 2014</b>
23/09	ICMS - ÚLTIMOS SETORES INCLUÍDOS NA SUBST. TRIBUTÁRIA - JULHO
25/09	IPI - INDÚSTRIA - MODALIDADE GERAL - AGOSTO COFINS - AGOSTO PIS - AGOSTO
30/09	CONTRIBUIÇÃO SOCIAL - AGOSTO - ESTIMATIVA IRPJ - AGOSTO - ESTIMATIVA 6º QUOTA IRPF/2014
01/10	<b>Envio das notas fiscais, dos documentos de caixa, de bancos, impostos e contribuições pagos pela sua empresa referente o período de 21 a 30/09/2014</b>



**Curta nossa página no Facebook:**

[VISAO CONTABILIDADE](http://www.visaocont.com.br)

[www.visaocont.com.br](http://www.visaocont.com.br)

**Visão Contabilidade - Competência e Credibilidade**